

À
Impugnante,

Referência: Pregão Eletrônico Binacional AF-1800-25 - Aquisição de Padrão de Energia Trifásico e Acessórios.

Assunto: Impugnação - Resposta.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V.Sa, passamos a responder à referida manifestação, que, em síntese, solicita a alteração das especificações técnicas de forma que o padrão de energia trifásico possua os seguintes requisitos de exatidões individuais: erro máximo $\leq 0,002$ % da leitura + 0,0005 % da faixa, válido na faixa de 30 V a 480 V para medição de tensão alternada, e erro máximo $\leq 0,002$ % da leitura + 0,0005 % da faixa, válido na faixa de 50 mA a 100 A para medição de corrente alternada.

Inicialmente, a ITAIPU esclarece que os requisitos estabelecidos para a exatidão de tensão e corrente nas Especificações Técnicas atendem às necessidades metrológicas da área usuária da ITAIPU, tendo sido definidos de forma que diferentes modelos de equipamentos possam atendê-los, permitindo a ampla concorrência no processo licitatório.

Além disso, as Especificações Técnicas estabelecem limites máximos de erro, ou seja, não há impedimento para que o equipamento ofertado possua erros de tensão e corrente inferiores aos solicitados, desde que sua combinação dos erros que compõe a medição de energia não ultrapasse os 0,005%. Na licitação, a proponente deverá indicar o equipamento ofertado e apresentar o respectivo catálogo para verificação da conformidade com os requisitos

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

estabelecidos. Ainda, na entrega do equipamento, serão avaliados esses parâmetros com base no certificado de calibração exigido no subitem 4.1.1 das Especificações Técnicas.

Diante do exposto, visando não restringir a concorrência, mantém-se inalteradas as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, indeferindo-se o pedido da Impugnante.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente.

Rodrigo Silva Cunha
Superintendente de Compras em Exercício

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/70F7-2CFB-C370-8292> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 70F7-2CFB-C370-8292



Hash do Documento

1EC3C515D4085015CBDAAF094A0A69CA12F55C36E754BEF54508709F8A2B4BB3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/12/2025 é(são) :

☒ Rodrigo Silva Cunha - 008.***.***-32 em 23/12/2025 11:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital